


## **A formação e o trabalho docente nas universidades públicas: Caracterização e impactos**

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.009-021>

### **Artemizia Francisca de Sousa**

Professora efetiva do curso de Nutrição da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – UFPI/CSHNB  
E-mail: artesousa@ufpi.edu.br

### **Matheus Osvaldo da Silva Luz**

Acadêmico de Nutrição da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – UFPI/CSHNB  
E-mail: matheusosvaldo@ufpi.edu.br

---

### **RESUMO**

Na atualidade tanto a sociedade quando o governo solicita cada mais produtividade por parte dos professores do ensino superior, gerando cansaço excessivo e, conseqüentemente, comprometendo a sua saúde física e mental. Nesse sentido, é importante conhecer o contexto atual que os professores de universidades públicas se deparam na sua vida profissional. O objetivo desse trabalho foi fazer um levantamento sobre a formação e o trabalho docente nas universidades públicas. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais democratizou o acesso ao ensino superior no Brasil, todavia, houve uma maior demanda de formação e práticas pedagógicas eficientes que facilitassem a aprendizagem do aluno e não apenas reproduzisse conteúdo, como no ensino tradicional que ainda perdura nos dias atuais. Também, observa-se que os docentes têm rotinas desgastantes e salários devassados, junto de uma enorme cobrança por produtividade, desenvolvendo então atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de por vezes participar em comissões e cargos administrativos. Logo, faz-se necessário e urgente a compreender a real situação da formação e o trabalho dos docentes nas instituições federais, a fim de embasar a tomada de decisões mais assertivas no que tange a educação superior, para que assim possa contar com trabalhadores qualificados e satisfeitos, no qual promovam uma educação libertadora e contribuam para o desenvolvimento do país.

**Palavras-chave:** Docente, Educação superior, Produtividade.



## 1 INTRODUÇÃO

O governo e a sociedade solicitam cada vez mais eficácia e produtividade do professor do ensino superior. No entanto, as políticas de formação e incentivo docente ainda são incipientes. Exige-se produção, mas não se oferta meios factíveis para sua execução. O processo inicia-se ainda na graduação e se estende pela pós-graduação até o seu ingresso no magistério superior. Nenhum desses níveis oferece instrumentalização didático-pedagógica compatíveis com as atribuições de educador.

Além disso, dentro do universo acadêmico, o docente se depara com rotinas desgastantes e salários defasados. Somando-se às atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da demanda de sua participação em comissões e cargos administrativos. Diante de tantas atividades e funções extrapola-se a carga horária regimental e sobrepõe-se a identidade profissional à pessoal em busca da tão almejada “produtividade”. Apesar disso, verifica-se “o distanciamento entre aquilo que era considerado ideal e o que seria possível realizar” (PEREIRA; AGUIAR; COSTA, 2015).

É observado nas universidades federais, de modo geral, elevação da carga de trabalho sem equiparação no corpo docente efetivo. Associado ao acúmulo de atividades, verifica-se ainda entraves burocráticos no processo produtivo, dificuldade de comunicação e, muitas vezes, nas relações interpessoais, bem como a sobreposição da quantidade em detrimento da qualidade. Assim, apesar de estar presente nas falas do professor universitário a realização profissional por exercer a ocupação que almejou, é preciso ficar atento para as repercussões do novo cenário da educação superior (BORSOI, 2012). Qual tem sido o perfil de formação desses profissionais? De que maneira sua formação tem impactado no seu desempenho docente? Quais têm sido as suas condições de trabalho? Como as novas atribuições que tem lhe sido impostas têm impactado na sua saúde e qualidade de vida?

Para se ter bons profissionais das mais diferentes áreas de atuação é preciso acabar com o ciclo de “produtivismo acadêmico versus precarização do trabalho docente”. Para tanto, é necessário conhecer a real situação do professor do ensino superior, por meio de investigações abrangentes que caracterizem os seus perfis profissionais e processos laborais, além de avaliar seus possíveis impactos, seja nas práticas pedagógicas ou no seu bem-estar.

No Brasil, a literatura sobre a temática é ampla, sendo o trabalho docente a mais estudada entre 2003 e 2007 nas dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação credenciados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na Sócios Institucionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Com isso, verifica-se a necessidade de uma análise mais ampla sobre o assunto, sobretudo no ensino superior. Assim, o objetivo desse trabalho foi fazer um levantamento sobre a formação e o trabalho docente nas universidades públicas.

## 2 DESENVOLVIMENTO

O movimento de reforma educacional com a reestruturação da educação superior, centrada no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, democratizou o ensino, tornando-o mais integrador e flexível, ao ampliar o número de vagas, pressionar pela diversificação curricular e elevar, sobremaneira, o número de técnicos e professores. Nesse aspecto, Selbach (2015) chama a atenção para a complexidade do impacto que a expansão trouxe para múltiplas dimensões das universidades, à exemplo das deficientes formação e práticas pedagógicas do elevado quantitativo de docentes que passaram a integrar as Instituições Federais de Ensino Superior.

Apesar de os professores do ensino superior apresentam diferentes perfis de formação profissional, é o mesmo: contribuir para a construção do conhecimento do discente, de modo que esse venha a se tornar um profissional com competência técnica e capacidade crítica-reflexiva, alinhado com as demandas socioculturais e políticas, a que poderá ser exposto, e prezando sempre pela ética e respeito à dignidade humana. Para alcançar tal objetivo, o docente deve possuir habilidades pedagógicas, pois deter o conhecimento técnico em determinada área não é suficiente para um ensino transformador (VALENTE; VIANA, 2011).

Ressalta-se que a formação de professores para o ensino superior permanece incipiente. As graduações, excetuando-se as licenciaturas, ofertam basicamente disciplinas técnicas para o exercício da profissão. Além disso, os cursos de pós-graduação, em nível *stricto sensu*, priorizam, em seus currículos, a pesquisa em detrimento da docência, apesar de ser prerrogativa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) que os cargos de magistério superior sejam ocupados prioritariamente por mestres e doutores (SILVA, 2008).

É notório que o ensino e a pesquisa devem andar juntos e fazer parte do dia-a-dia de professores e alunos. No entanto, há de se deixar claro que: “capacitação científica não é sinônimo necessariamente de capacitação docente” (RIBAS, 2008). O Mestre e/ou Doutor, nem sempre tem aproximação com as abordagens ou concepções de ensino-aprendizagem que o habilitem a exercer a docência com a mesma eficiência com que exercem sua profissão de origem (VALENTE; VIANA, 2011).

Por um lado, temos docentes com formação pedagógica inadequada que se colocam como centro do processo de ensino-aprendizagem, utilizando-se de metodologias tradicionais, centradas em repassar conhecimentos e não em construí-los, reproduzindo modelos educacionais fruto de sua formação. Por outro lado, há exigências constantes dentro das esferas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, caracterizada por elevada carga horária de aulas, avaliação institucional por critérios de produtividade, atrelado quase sempre à quantidade e não, necessariamente, à qualidade.

Esse quadro, por vezes, faz com o professor fique engessado entre o desejo de qualificar-se para o ensino, a fim de atender as novas demandas impostas pelos paradigmas político-sociais, e a necessidade de ser e sentir-se produtivo *na* e *para* a universidade, cumprindo metas e obtendo



resultados. O descompasso entre esses aspectos acaba elevando o grau de estresse do docente, impactando-o de forma biopsicossocial (BOSI, 2007).

Além disso, percebe-se que a reestruturação da educação superior, com a expansão e a interiorização do ensino, embora tenha oportunizado maior acesso às universidades, não apresenta equiparação entre a proporção de discentes e o número de vagas docentes criadas. Nesse sentido, convém mencionar que uma das metas globais do Reuni é o alcance da relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007), o que acarreta constante intensificação laboral desse profissional carente de formação pedagógica e com exigência por maior produtividade (CHAVES; GUIMARÃES, 2015).

Mancebo, Vale e Martins (2015) apontam que, apesar da incipiente investigação sobre as repercussões da expansão universitária brasileira, as pesquisas qualitativas realizadas até o momento, demonstram aumento da carga de trabalho e precarização do ensino, desencadeando insatisfação profissional, além de repercussões sobre a saúde física e mental dos educadores.

### **3 CONCLUSÃO**

É prioritário que se realizem levantamentos da situação da formação e trabalho docente nas Instituições Federais de Ensino Superior, com a finalidade de embasar decisões acertadas sobre os rumos da educação superior no país, que deve possuir trabalhadores qualificados e satisfeitos, atuando como verdadeiros educadores empenhados na formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento do país.



## REFERÊNCIAS

ALVES JÚNIOR, R. T. Avaliação de Desempenho, Atividade de Atendimento ao Público e Custo Humano no Trabalho em uma Empresa Pública no Distrito Federal. 2005.181 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Universidade de Brasília. 2005.

ARAÚJO, T. M. et al. MAL – ESTAR DOCENTE: AVALIAÇÃO DE CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. Rev. Bai. de Sau. Pub. v.29 n.1, p.6-21, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA – ABEP. Critério de Classificação Econômica Brasil 2015, Jardim Paulista/SP. Disponível em: <<http://www.abep.org/codigosConduas.aspx>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

BOSI, A. P. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL NESSES ÚLTIMOS 25 ANOS. Educ. Soc. , Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-23, 2007.

BORSOI, I. C. F. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. Cad. Psic. Soc. do Trab., v. 15, n. 1, p. 81-100, 2012.

BRASIL. LEI Nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 25 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial [da] República Federativa do União, Brasília, DF, 25 de abril de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2016.

CHAVES, V. L. J.; GUIMARÃES, A. R. REPERCUSSÕES DA CRISE DO CAPITAL NO TRABALHO DO DOCENTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA. Unisul, v.9, n.16, p. 297 - 312, 2015.

MANCIBO, D; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. Rev. Bra. de Edu., v. 20, n. 60, p.31-50, 2015.

CICONELLI, R.M. Tradução para o português e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida “medical outcomes study 36 - item short - form health survey (SF-36). 1997. 145f. Tese. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1997.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo; Atlas, p. 175, 2010.

HULLEY, S.B. et al. Delineando a pesquisa clínica: uma abordagem epidemiológica. 3 ed: Artmed; 2008.

Universidade Federal do Piauí. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019/ Universidade Federal do Piauí. - Teresina: EDUFPI, 2015. 365 p. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/9033131-Ministerio-da-educacao-universidade-federal-do-piaui-2015-2019.html>>. Acesso em: 25 jan. 2016.



MARTINS, M. C. F. Satisfação no Trabalho: Elaboração de Instrumento e Variáveis que Afetam a Satisfação. 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. 1984.

MARTINS, M. C. F.; SANTOS, G. E. Adaptação e validação de construto da Escala de Satisfação no Trabalho. *Psico-USF*, v.11, n.2, p. 195-205, 2006.

MENDES, A. M. B.; REGO, V. B.; FERREIRA, M. C. (2004). Avaliando as Condições, Organizações e Relações Sociais de Trabalho. In: EM I CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO, 2004, SALVADOR. Anais eletrônicos. Salvador: 2004. p. Disponível em: <<http://www.sbpot.org.br/site/congresso>>. Acesso em: 26 de jan. 2016.

PEREIRA, T. S. L.; AGUIAR, A. L.; COSTA, S. A. Mal-Estar Docente: reflexões sobre os desconfortos presentes no desempenho da profissão. *Rev. Edu. e Ema.*, v. 8, n. 2, p. 161 -81, 2015.

RIBAS, D. A Docência no Ensino Superior e as Novas Tecnologias. *Rev. Elet. Lato Sensu*, v. 3, n.1, p. 1-16. 2008. Disponível em: <<http://www.unicentro.br - Ciências Humanas>>. Acesso em: 26.jan.2016.

SELBACH, P. T. S. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE EM TEMPOS DE ENPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O MOVIMENTO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL. 2015. 220 f. Tese (DOUTORADO). Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Faculdade De Educação, Programa de Pós-Graduação Em Educação, Porto Alegre, 2015.

SILVA, D. S. FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE. 2008. 100 f. DISSERTAÇÃO (MESTRADO). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008.

VALENTE, G. S. C.; VIANA, L. O. As competências para o ensino de nível superior no brasil: um olhar reflexivo sobre está prática. *Rev. Ibero-americana de Edu.*, v.1, n. 56, p.1-12, 2011.

WARE, J.E. et al. SF-36® Health Survey manual and interpretation guide. Boston: New England Medical Center The Health Institute; 1993.